

Problemas da democracia mundial

Sergio Buarque de Holanda

(Especial para o DIÁRIO DE NOTÍCIAS)

MAIS do que em qualquer outra época da História, as divergências políticas de nosso tempo são inseparáveis dos conflitos de idéias. Até onde aquelas divergências podem tomar vulto, convertendo-se em nova ameaça à paz entre as nações e, no interior das nações, entre as classes e os indivíduos, mostram-nos a evidência os sucessos destes três últimos decênios e muito em particular dos últimos três anos.

Por ocasião da conferência de Teerã, em 1943, no curso da segunda guerra mundial, o objetivo que se propunham os estadistas aliados era expressamente o estabelecimento de uma "família mundial das nações democráticas". Em declarações posteriores dos mesmos estadistas, sublinhou-se constantemente o propósito comum de se atingir a uma solução conforme aos postulados democráticos, dos problemas políticos e econômicos do mundo de amanhã.

E no entanto não se pode dizer que o alijamento, em 1945, dos fascismos nacionalistas e agressivos como fator ponderável nos conflitos internacionais tenha ajudado decisivamente a clarear a atmosfera. A verdade, bem ao contrário, é que as esperanças de paz nunca pareceram mais longínquas e inúteis do que nos dias atuais. Subjugado o inimigo, que permitira uma composição ou um compromisso de emergência entre as forças anti-fascistas, o que presentemente testemunhamos é o expandir-se, de modo por vezes assustador, das diferenças radicais que de fato os separavam mesmo nos anos de guerra. As posições adversas definem-se e elucidam-se com tamanha nitidez, que deixam escassa margem às perspectivas de um entendimento tranquilizador.

Essas posições acham-se representadas, de um lado, pelos que professam ilimitada confiança nos princípios defendidos pela revolução norte-americana e pela revolução francesa, por tudo enfim quanto os seus contrários qualificam, não sem desdém, de democracia formal ou estritamente política; de outro pelos que aceitam sem reservas os princípios marxistas e sobretudo pelos que aplaudem o processo de realização dos mesmos ideais nas repúblicas soviéticas, ou seja a "democracia" tomada numa acepção principalmente político-social.

É claro que neste caso só se apresenta a forma extrema e em verdade ideal do conflito, que nenhuma das duas posições se apresenta em estado simples fora do reino das puras abstrações e que entre uma e outra sempre subsistiram, e subsistem cada vez mais, numerosas graduações, encarnadas, ora nos programas dos partidos confessadamente socialistas, ora nas experiências propugnadas do próprio setor capitalista e burguês em favor de uma economia dirigida ou planejada.

Todavia um inquérito filosófico em torno daquelas divergências fundamentais, conduzido sem rancor, não parecerá inteiramente inútil quando se admite que um desacordo na apreciação dos valores pode converter-se em ponto de partida para conflitos de maior amplitude, e que uma solução teórica das divergências serviria para facilitar, talvez, uma compreensão recíproca, de grandes consequências, entre os dois mundos que se defrontam.

Um meticoloso inquérito nesse sentido, visando a esclarecer os conceitos fundamentais de liberdade, de democracia, de direito e de legalidade, assim como o papel que desempenham esses conceitos nos atuais conflitos ideológicos, as divergências em sua interpretação e as oposições, verdadeiras ou não, que decorrem de tais divergências, acaba de ser empreendido por iniciativa da UNESCO, e não parece exagero atribuir-se singular importância aos seus primeiros resultados.

O empreendimento foi consequência de uma resolução adotada em novembro de 1947, durante a conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, que se reuniu na cidade

do México. O passo preliminar para seu cumprimento foi a elaboração de um amplo questionário, envolvendo parte considerável dos diferentes problemas que gravitam em torno da expressão "democracia".

Embora sem pretender esgotar o tema que se propusera, o documento não deixava de incluir quesitos que, atentamente examinados e respondidos com isenção, ajudam a colocar melhor um dos graves problemas de nossa época. Em que medida se pode admitir que o termo "democracia" encerra uma ambiguidade? — Em que condições se justifica eventualmente a denúncia de *abuso* do mesmo termo, lançada contra este ou aquele agrupamento ideológico? — Cabe dizer que a palavra em aprêço é hoje empregada em acepções verdadeiramente *novas*, comparadas por exemplo às do século XIX ou às de antes da guerra mundial? — Entre essas diferentes *espécies* de democracia existem caracteres comuns? É possível admitir hoje que a célebre fórmula — "governo do povo, pelo povo, para o povo" — sirva para determinar os critérios essenciais da democracia? — *Problema terminológico*: a palavra democracia deve ser usada para exprimir um conceito *estrito*, conceito político, designando os métodos que dirigem a tomada de decisões, ou há de ser empregada para exprimir um conceito *largo*, conceito político-social, designando também os resultados e não apenas as condições e os métodos da tomada de decisões? — *Problema psicológico e social*: uma "democracia", na acepção estreita da palavra, poderia funcionar como tal, se nada fôsse feito para torná-la "democracia" no sentido lato da palavra? — *Problema político, problema das prioridades, das relações entre o fim e os meios*: a "democracia política" representaria o melhor meio para se atingir o objetivo da "democracia social"? a "democracia social" seria o melhor meio de se alcançar o objetivo da "democracia política"? a "democracia política" seria o meio de se chegar a algum objetivo particular, seja qual for? existe entre esses dois conceitos uma relação de meio a fim? — Há situações — e no caso quais seriam — em que a um governo democrático compete reprimir, em tempo de paz, uma propaganda tendente à mudança do regime? — É admissível que um sistema político de partido único se concilie com uma forma democrática de governo? — Qual a natureza — terminológica, de fato, ou normativa — do desacordo entre os teóricos que afirmam a prioridade da "democracia política" como um meio de realizar a "democracia social" e os que preconizam a "democracia social" como um meio de realizar a "democracia política"?

São essas, algumas das numerosas questões constantes do documento que, em fins de 1948, a UNESCO distribuiu largamente entre pensadores e estudiosos do mundo inteiro, acompanhando uma carta circular de seu então diretor-geral, Julian Huxley. Nelas, a palavra "democracia" desempenha papel saliente, o que não é para estranhar, em verdade, quando se considere que representa efetivamente uma palavra-chave para o exame dos problemas mundiais de nosso tempo. E não deixa de ser altamente significativo que essa palavra tenha um valor igualmente honorífico para cada um dos grupos ideológicos em conflito e que cada qual julgue interpretá-la da maneira mais genuína.

Essa circunstância permite que, sem uma simplificação lamentável, o inquérito possa apresentar-se como visando à elucidação do conceito de democracia e dos problemas que sugere a interpretação de tal conceito, assim como a possibilidade de se superarem, de algum modo, as divergências de ordem geral.

As respostas dadas a esse questionário, num total de oitenta e três, foram encaminhadas a um comitê constituído de oito estudiosos, especialmente convocado para esse fim, com a incumbência de proceder à análise das respostas originais e dos esclarecimentos propostos no curso dos debates, assim como da redação de um relatório assinalando as divergências que ainda persistem na terminologia e nos julgamentos de valor.

O fato de ter sido casualmente incluído entre os membros desse comitê, que se reuniu em Paris, em princípios de maio, na sede da UNESCO, sob a presidência do professor E. H. Carr, da Inglaterra, coloca-me em situação favorável para frisar alguns dos tópicos abordados e tentar mostrar, neste e em artigo seguinte, o considerável esforço empreendido pela UNESCO no sentido do esclarecimento e da solução de certas divergências ideológicas de nossa época.